



**UESB**  
UNIVERSIDADE ESTADUAL  
DO SUDOESTE DA BAHIA



**XIII Colóquio Nacional  
VI Colóquio Internacional  
DO MUSEU PEDAGÓGICO - UESB**  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

**15 a 18  
outubro  
2019**

## **A EDUCAÇÃO EM PORTO VELHO (RO) – UM PANORAMA DE 1930 A 1945**

César de Alencar Arnaut de Toledo  
Universidade Estadual de Maringá (UEM), Brasil  
Endereço eletrônico: caatoledo@uem.br

Maria Auxiliadora Máximo  
Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil  
Endereço eletrônico: doramaximo@unir.br

Josué Netto  
Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil  
Endereço eletrônico: josuenetto1962@gmail.com

### **INTRODUÇÃO**

O objetivo da pesquisa é analisar algumas políticas educacionais praticadas em Porto Velho, capital de Rondônia, no período de 1930 a 1945, durante a ditadura Vargas, quando acontecia uma efervescente discussão sobre os rumos da Educação no país.

Em 1917, três anos após sua fundação, Porto Velho contava com 1845 habitantes e a instrução se resumia “numa unica escola mantida na séde do Municipio” (ALTO MADEIRA, 22 de julho de 1917; 27 de setembro de 1917). Em 2018, a população ultrapassava 500 mil habitantes e havia mais de 80 mil alunos no Ensino Fundamental, em 227 escolas públicas e 58 privadas. Evidencia-se, além da explosão demográfica, que daquela única escola originaram-se centenas de outras, acompanhando a universalização do acesso ao ensino escolar.

Analisemos, então, algumas políticas educacionais da época em Porto Velho, a começar pela criação, em 12 de junho de 1925, do Grupo Escolar Barão do Solimões. A imprensa local não poupou elogios às autoridades do Amazonas presentes à cerimônia de inauguração, “presidida pelo illustre sr. Dr. Gentil Bittencourt, digno secretario da Directoria Geral da Instrucção Publica [...] por um ato benemerito do Sr. Dr. Alfredo Sá”, Interventor Federal no estado (ALTO MADEIRA, 20 de agosto de 1925).

A inauguração do Grupo Escolar, apesar de atender a reivindicações feitas desde 1917, decorreu de aliança política entre o governo estadual e o Superintendente



**UESB**  
UNIVERSIDADE ESTADUAL  
DO SUDOESTE DA BAHIA



**XIII Colóquio Nacional  
VI Colóquio Internacional  
DO MUSEU PEDAGÓGICO - UESB**  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

**15 a 18  
outubro  
2019**

Municipal, o Dr. Joaquim Augusto Tanajura. A corroborar esta hipótese, o jornal **Alto Madeira**, cujo diretor era o próprio Superintendente, exaltava a vitória do Partido Republicano do Amazonas nas eleições estaduais, destacando os serviços prestados ao município pelo “Exmo. Sr. Dr. Alfredo Sá, [...] dos quaes, se constitue de relevancia, para perdurar permanentemente na lembrança do nosso povo, a installação do Grupo Escolar Barão do Solimões” (ALTO MADEIRA, 5 de novembro de 1925).

Essa aliança, apesar de bem-sucedida no plano eleitoral, não se mostrou eficaz e o Grupo Escolar funcionou por muito tempo em sedes provisórias, enquanto se promoviam campanhas de arrecadação de fundos. Como exemplo, noticiava-se que conceituado industrial devolveu “a lista no. 20, da subscrição promovida em favor da construção de um edificio para funcionamento do Grupo Escolar, [...] acompanhada da importancia de um conto de reis” (ALTO MADEIRA, 8 de novembro de 1925).

Entretanto, somente 15 anos após sua criação, o Grupo Escolar passou “a funcionar em sua séde definitiva, no magnífico edificio que a Directoria da E. F. Madeira-Mamoré acaba de concluir, mobiliando-o sumptuosamente” (ALTO MADEIRA, 31 de julho de 1940). A EFMM era dirigida pelo major Aluizio Ferreira, primeiro governador do Território Federal do Guaporé.

O fato de uma empresa, e não o poder público, financiar a construção do prédio refletia a dificuldade de os governos locais financiarem a educação escolar. Mensagem do governador do Amazonas revelava, em 1937, um cenário preocupante: seriam necessárias mais 911 escolas para atender a 81% de crianças que estavam sem estudar, uma despesa adicional equivalente à metade das rendas do estado (AMAZONAS, 1937). Porém, uma reversão dessa restrição orçamentária já se anunciava em 1946, quando Porto Velho já era capital do Território Federal do Guaporé: “[...] A receita está orçada em Cr\$1.710.000,00, quantia aparentemente grande para uma prefeitura que, há dois anos atraz arrecadava 220 contos” (ALTO MADEIRA, 4 de abril de 1946).

Superar tais dificuldades exigiria cumprir a Constituição Federal (CF) de 1934, que “alongou a competencia da União, quer como promotora diréta de iniciativas, quer na sua qualidade de suprir as deficiencias da administração local” (AMAZONAS, 1937,

## **DISTOPIA, BARBÁRIE E CONTRAOFENSIVAS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO**



**UESB**  
UNIVERSIDADE ESTADUAL  
DO SUDOESTE DA BAHIA



**XIII Colóquio Nacional  
VI Colóquio Internacional  
DO MUSEU PEDAGÓGICO - UESB**  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

**15 a 18  
outubro  
2019**

p. 215). E, de fato, o presidente Getúlio Vargas buscava articulação com os estados quando, em 15 de julho de 1935, solicitou aos governadores a constituição de uma “comissão de especialistas em todos os ramos do ensino” visando a “colher em todo paiz dados e sugestões para a elaboração do plano nacional de educação” (JORNAL DO COMMERCIO, 18 de julho de 1935).

Em consequência da dificuldade para atender às demandas educacionais, a Superintendência de Porto Velho subvencionava as instituições privadas, em vez de abrir novas escolas. Em 4 de fevereiro de 1926, era noticiado o pagamento “de cem mil reis (Rs. 100\$) como subvenção de professora da Escola particular Rio Branco”. Do mesmo modo, subvenções às escolas Maçônica e Normal Rural Nossa Senhora Auxiliadora também estavam registradas em balancetes municipais de 1938 (ALTO MADEIRA, 4 de fevereiro de 1926; 20 de novembro de 1938).

A subvenção de escolas privadas estava fundamentada na Lei Nº 87, de 18 de março de 1920, que também suprimiu duas escolas municipais. Dentre as justificativas apresentadas pela Intendência Municipal, destacavam-se a queda de preço da goma elástica, principal produto de exportação do estado, e a necessidade de cortar despesas (ALTO MADEIRA, 21 de março de 1920). Relevava-se, também, a atuação da Igreja Católica e relatório do interventor federal do Amazonas de 1938 informava que “aos salesianos cabe a primazia da primeira escola normal rural do Amazonas, fundada em Porto-Velho, servindo também ao território do Acre, ao estado de Mato-Grosso e á propria Bolívia” (AMAZONAS, 1938, p. 20).

O período posterior a 1930 também se caracterizava em Porto Velho pelo culto à figura do presidente da República. Destacava-se a cerimônia de aniversário de Getúlio Vargas, em 19 de abril de 1941, com parada militar, sessão de cinema e expressiva participação dos estudantes nas festividades. Um ano depois, outra comemoração era anunciada, incluindo uma “preleção sobre o Dr. Getulio Vargas, aos alunos do Grupo Escolar” (ALTO MADEIRA, 15 de abril de 1942; 23 de abril de 1941).

## **DISTOPIA, BARBÁRIE E CONTRAOFENSIVAS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO**



**UESB**  
UNIVERSIDADE ESTADUAL  
DO SUDOESTE DA BAHIA



**XIII Colóquio Nacional  
VI Colóquio Internacional  
DO MUSEU PEDAGÓGICO - UESB**  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

**15 a 18  
outubro  
2019**

## METODOLOGIA

A investigação foi baseada, principalmente, na análise do jornal **Alto Madeira**, que circulou de 1917 a 2017, servindo, também, como um “diário oficial” nos primeiros anos de Porto Velho, publicando leis, atos do governo municipal e balancetes, além de notícias em geral. Também foram consultados o **Jornal do Commercio** (de Manaus, fundado em 1904 e que circula até hoje) e relatórios do governo do Amazonas.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Essa investigação faz parte de um projeto em andamento sobre a institucionalização da Educação escolar em Rondônia. Por isto, os resultados apresentados não podem ser tomados como definitivos, pois é necessário aprofundar as pesquisas e análises.

Percebemos significativas alterações na relação entre as esferas de governo ao longo do tempo. Em 1917, após a fundação da cidade, o município criticava o governo estadual quanto às condições educacionais. Em 1925, notava-se uma articulação política, cujo efeito mais visível foi a criação do Grupo Escolar Barão do Solimões. A partir de 1930, a União passou a cumprir um papel mais decisivo no auxílio aos estados e municípios, pois a CF de 1934, assim como a de 1937, atribuiu ao governo federal competência para definir diretrizes educacionais (FREITAS; BICCAS, 2009).

Também foi possível identificar a atuação concomitante de escolas públicas e de instituições privadas, principalmente as católicas, o que remete ao intenso debate ocorrido na década de 1930. Os defensores da escola pública divulgaram o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) com o propósito de promover “a reconstrução educacional no Brasil”, enquanto o intelectual católico Tristão de Ataíde “considerava o Manifesto anticristão, [...] antinacional, [...] antiliberal, [...] anti-humano [...] e anticatólico” (SAVIANI, 2011, p. 242;254).

Contudo, na década de 1930, Porto Velho manteve-se à margem dessas discussões, enquanto no cenário nacional “a tomada de consciência chegou também ao setor educacional que, a partir de 1931, experimentou sensíveis modificações tendentes

# **DISTOPIA, BARBÁRIE E CONTRAOFENSIVAS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO**



**UESB**  
UNIVERSIDADE ESTADUAL  
DO SUDOESTE DA BAHIA



**XIII Colóquio Nacional  
VI Colóquio Internacional  
DO MUSEU PEDAGÓGICO - UESB**  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

**15 a 18  
outubro  
2019**

à construção de um sistema nacional” (CHAGAS, 1980, p. 43).

## CONCLUSÕES

O período de 1930 a 1945 foi importante na história de Porto Velho, principalmente devido à criação do Território Federal do Guaporé. Outrora dependente de decisões tomadas em Manaus, distante mais de mil quilômetros, a cidade se tornou capital do território, com mais autonomia e articulação direta com o governo federal.

Essa nova realidade, aliada a movimentos nacionais e reformas em prol da educação, impactou as políticas educacionais locais. Deixou de haver a excessiva dependência de contribuições particulares para manter a rede escolar, pois o território passou a contar com verbas federais e também a administrar seu próprio orçamento.

Por fim, é possível afirmar que, a partir de 1930, a cidade de Porto Velho se viu inserida nas políticas educacionais brasileiras, mas sem as debater profundamente e sem buscar caminhos alternativos às correntes hegemônicas.

**PALAVRAS-CHAVE:** História da Educação; Educação Brasileira; Porto Velho; Políticas Educacionais.

## REFERÊNCIAS

ALTO MADEIRA. Porto Velho: Empresa Jornalística Alto Madeira. 1917-2017. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=843911>. Acesso em 29 maio 2018.

AMAZONAS. **Mensagem do governador Alvaro Botelho Maia à Assembleia Legislativa, na abertura da sessão ordinária, em 3 de maio de 1937.** 1937. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=801046>. Acesso em 23 maio 2019.

\_\_\_\_\_. **Exposição ao exmo. sr. dr. Getúlio Vargas, d.d. presidente da República, por Alvaro Maia, interventor federal.** 1938. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=801046>. Acesso em 23 maio 2019.

CHAGAS, Valnir. **O ensino de 1º e 2º graus: antes, agora e depois?** São Paulo: Saraiva. 1980.



**UESB**  
UNIVERSIDADE ESTADUAL  
DO SUDOESTE DA BAHIA



**XIII Colóquio Nacional  
VI Colóquio Internacional  
DO MUSEU PEDAGÓGICO - UESB**  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

**15 a 18  
outubro  
2019**

FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza. **História social da educação no Brasil (1926 - 1996)**. São Paulo: Cortez. 2009.

JORNAL DO COMMERCIO. Manaus: Empresa Jornal do Comércio Ltda. 1904-. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054>. Acesso em 23 maio 2019.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados. 2011.

**DISTOPIA, BARBÁRIE E CONTRAOFENSIVAS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO**